



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Informativo Parlamentar

Nº 05

Ano 2017

Período: 06 a 10 de março

SUMÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	3
Notícias.....	3
Plenário	3
COMISSÃO EXTERNA de Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES.....	4
COMISSÃO ESPECIAL sobre a Destinação de Recursos da CIDE.....	4

SENADO FEDERAL	5
Notícias.....	5
Plenário	5
COMISSÃO PERMANENTE	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	6

CONGRESSO NACIONAL	7
Notícias.....	7
Comissões Mistas	7



Notícia

Comissão sobre destinação de recursos da Cide pode votar parecer nesta semana

A comissão especial que analisa propostas de emenda à Constituição que alteram a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) reúne-se nesta terça-feira (7) para discutir e votar o parecer do relator, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA).

Um dos textos analisados (PEC 179/07) destina parte da arrecadação de recursos da Cide para o financiamento de programas de subsídio às tarifas de transporte coletivo para a população de baixa renda. Outro (PEC 159/07) inclui a comercialização e a importação de biocombustíveis e seus derivados entre os itens sobre os quais é cobrada a Cide.

[Leia a íntegra](#)

Plenário

SESSÃO ORDINÁRIA EM 07/03/2017 - TERÇA-FEIRA ÀS 14h

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

VI - [Recurso nº 188/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.388/16, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 118/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

VII – [Recurso nº 189/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

08) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Marcus Antônio Vicente (PP/ES)

Local: Rua Antônio Rodrigues Siqueira, n.º 01 - Anexo à Igreja Católica - Bairro Ribeira, Viana/ES.

REUNIÃO DE TRABALHO EM 06/03/2017 – SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19h

Tema: Obras de Reforma e Ampliação do Posto de Pesagem de Veículos de Viana/ES.

Requerimento nº 18/2016 – Aatoria do Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES).

Participantes:

- Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES);
- Representante dos moradores do bairro Ribeira, Wanderson Fantin de Assis;
- Prefeito do município de Viana, Gilson Daniel Batista;
- Representante da ANTT, Rodrigo Lacerda;
- Representantes da ECO 101, Roberto Paulo Hanke (Diretor-Superintendente) e/ou Everton Souza (Gerente De Engenharia);
- Superintendente do IBAMA no Espírito Santo – Substituto, Gustavo Castro Athayde;
- Representante da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Paulo Ruy Valim Carnelli (Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas) e/ou Luciene Maria Becacici Esteves Viana (Subsecretária de Mobilidade Urbana).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Marcus Antônio Vicente (PP/ES)

Local: Sala de Reuniões das Comissões Especiais - Anexo II, Sala 165.

REUNIÃO EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

Finalidade: Reunião Interna para apresentação da síntese dos trabalhos da Comissão.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

PEC 159/2007, DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA CIDE

Presidente: Deputado André Fufuca (PEN/MA)

Local: Plenário 08 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

Finalidade: Apresentação, discussão e votação do parecer do relator, deputado Mário Negromonte Jr (PP/BA), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 159/2007, que altera a redação do § 4º do art.177 da Constituição Federal, destinando recursos da Cide-combustíveis para o financiamento de projetos de mitigação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da produção de biocombustíveis.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.



Notícia

CCJ pode votar propostas para evitar a paralisação de obras públicas

Dois projetos que visam dificultar a paralisação de obras públicas e assegurar mais rigor em licitações estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne na quarta-feira (8), às 10h, para deliberar sobre 39 itens.

O PLS 447/2012, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), muda a Lei de Licitações para estabelecer que, “iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico”.

Relator da matéria na CCJ, o senador José Pimentel (PT-CE) considerou legítima a proposta de alteração da lei, por impedir que razões anteriores à aprovação do projeto básico da edificação possam ser invocadas para suspender ou cancelar a execução da obra. Ele entende que a medida dará maior segurança jurídica aos contratos administrativos.

Deve ser analisado também o substitutivo de Antonio Anastasia (PSDB-MG) ao PLS 401/2013, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A proposta torna a licença ambiental de instalação uma condição para a assinatura de contrato de licitação. Essa licença é necessária para atividades que utilizem recursos ambientais, de acordo com especificações constantes do projeto executivo.

Pelas regras em vigor, obras podem ser licitadas com a apresentação da licença prévia, que tem caráter precário e é obtida na fase preliminar do planejamento de atividade. Segundo Aloysio Nunes, a facilidade de concessão de licenças prévias e a deficiência dos projetos básicos resultam com frequência na paralisação de obras já licitadas e em prejuízo ao Erário, por problemas na obtenção da licença ambiental de instalação. O projeto visa evitar esse problema.

Os dois projetos receberão decisão terminativa na CCJ. Se forem aprovados e não houver recurso para que sejam votados pelo Plenário do Senado, poderão seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado.

Plenário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

(Votação, em primeiro turno)

03) Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015 - Autor: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e outros - Altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).

Parecer sob nº 11, de 2017, de Plenário, em substituição à CCJ, Relator Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo).

[Avulso do parecer](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 22 de outubro de 2015, com parecer da ANTT favorável a matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)

Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 08/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

03) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

Relator: Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta](#)

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Votação nominal

ASPAR – MT: VALEC favorável com sugestões. Encaminhado Ofício ao DNIT, em 21 de junho de 2016, por sugestão da Assessoria Socioambiental, pendente de resposta. Encaminhado novamente ao DNIT, em 13 de fevereiro de 2017.

10) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica. - **TERMINATIVO**

Relatoria: Senador José Pimentel (PT/CE).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: - Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

20) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011 \(PL 1508/2007, na origem\)](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. - **NÃO TERMINATIVO**

Relator: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.



Notícia

Comissão promove audiências sobre MP que prorroga concessões no setor de transportes

A comissão mista que analisa a medida provisória da prorrogação de contratos de parceria no setor de transportes (MP [752/2016](#)) promoverá duas audiências públicas nesta semana. A primeira está marcada para quarta-feira (8), às 14h.

O debate deverá contar com representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa) também devem enviar representantes ao encontro.

A segunda audiência será na quinta-feira (9), às 9h, com integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR). O Ministério dos Transportes e a Secretaria do PPI também devem enviar representantes para participar do debate.

As duas audiências serão realizadas de forma interativa, com a possibilidade de participação popular. Críticas, dúvidas e sugestões poderão ser enviadas por meio do portal [e-Cidadania](#). A comissão tem como presidente o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e como vice o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). O deputado Sergio Souza (PMDB-PR) é o relator e o senador Wilder Moraes (PP-GO) é o revisor.

Medida

A MP autorizou a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Esse programa é coordenado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco. Segundo o governo, a intenção é viabilizar novos investimentos no setor de transportes. A prorrogação alcança as concessões em andamento. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria.

Fonte: Agência Senado

Comissões Mistas

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 08/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

Assunto/Finalidade: 3ª reunião da Comissão para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

Observações: Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania> -

Participantes:

- **Dario Rais Lopes – assessor especial do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, representando o ministro Maurício Quintella Lessa;**
- Representante da Secretaria Especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Representante da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos – ANEAA;
- Representante da **Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;**
- **Representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.**

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 09/03/2017– QUINTA-FEIRA, ÀS 09h

Assunto / Finalidade: 4ª Reunião para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

Observações: Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania>.

Participantes:

- **Representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;**
- Representante da Secretaria Especial do PPI da Secretaria- Geral da Presidência da República;
- Representante do Tribunal de Contas da União – TCU;
- **Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e,**
- Representante da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias – ABCR.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.